

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO N.º 2024210/373**

**Aquisição de serviços de Renovação dos acessos à internet nos Serviços de Formação Profissional do IEFP, I.P.**



## **Parte I**

### **Cláusulas Gerais**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto do contrato**

O presente Caderno de Encargos tem por objeto a renovação dos acessos à internet nos Serviços de Formação Profissional do IEFP, I.P, para o período de 36 meses sendo adotado o procedimento por Concurso Público, sem Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, doravante designado por CCP, nos termos do previsto no presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2ª**

O preço base, é de 170.000,00 € (cento e setenta mil euros). A estes valores acresce o valor do IVA à taxa em vigor.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Local da prestação de serviço**

Os acessos deverão ser instalados nos locais indicados no Anexo I ao presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Prazo de execução**

1. O contrato terá a duração de **36 (trinta e seis) meses**, com início previsto em **01/03/2025** e fim a **28/02/2028**, sem prejuízo das obrigações acessórias que resultem da execução do mesmo.
2. A instalação dos acessos deverá estar concluída no prazo máximo de 30 dias, após a data de assinatura do contrato.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Quantidades**

1. Pretende-se adquirir com este contrato um total de 141 acessos à internet, sendo que desses, 20 acessos irão ficar em standby, ficando a sua instalação dependente de posteriores necessidades.
2. A referida quantidade será distribuída por dois tipos de acesso:
  - Tipo A – Débito mínimo de 500Mbps de Download e 100Mbps de Upload: 65 + 20 em standby
  - Tipo B - Débito mínimo de 250Mbps de Download e 50Mbps de Upload: 56

#### **Cláusula 6ª**

##### **Condições de pagamento**

1. O pagamento de qualquer fatura será mensal e está dependente do cumprimento, por parte do adjudicatário do previsto no presente caderno de encargos, bem como do conhecimento da situação tributária e contributiva do mesmo.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A entidade adjudicante efetuará o pagamento da fatura ao adjudicatário, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, a partir da data da sua entrada nos seus serviços.
4. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no número anterior, aplicar-se-á a Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Obrigatoriedade da Faturação Eletrónica**

1. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, a partir de 18 de abril de 2020 a entidade adjudicante fica obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto.
2. Se o adjudicatário se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro – artigo 12.º e 14.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo IEFP, I.P.
3. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o adjudicatário devidamente informado pela entidade adjudicante, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações de Sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.  
O adjudicatário compromete-se a tomar as medidas necessárias para que os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros envolvidos na execução do contrato se vinculem à obrigação de confidencialidade referida no número anterior.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Proteção de Dados**

1. O adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:
  - a. Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da entidade adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a entidade adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
  - b. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - c. Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
  - d. Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
  - e. Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à entidade adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
  - f. Prestar assistência à entidade adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
  - g. Consoante a escolha da entidade adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;



- h. Disponibilizar à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela entidade adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado.
- 2. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao adjudicatário, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.
- 3. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato, desde que tal que lhe possa ser imputável.
- 4. Compete ao adjudicatário informar imediatamente a entidade adjudicante se alguma instrução violar o contrato celebrado, o Regulamento Geral de Proteção de Dados ou quaisquer outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.
- 5. O adjudicatário autoriza a entidade adjudicante ao tratamento dos dados pessoais necessários no âmbito das diligências prévias à formação do contrato bem como no decurso e para efeitos da execução do mesmo, comprometendo-se a obter, caso se aplique, o prévio consentimento expresso dos titulares dos dados respetivos.
- 6. O adjudicatário autoriza a entidade adjudicante ao tratamento dos dados pessoais necessários no âmbito da publicitação dos contratos no portal Base.GOV.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Cessão da Posição Contratual**

- 1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
- 2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
  - b. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Subcontratação**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

- 1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data

da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

### **Cláusula 13ª**

#### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 14ª**

#### **Contrato**

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O caderno de encargos;



- d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestada pelo adjudicatário.
2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
  3. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 5 dias uteis após a notificação adjudicação:
    - a. Declarações emitida conforme modelo constante do anexo II ao programa de concurso;
    - b. Documento comprovativo que não se encontrem nas situações previstas na alínea b), d), e) e h) do nº 1 do art.º 55º do Código dos Contratos Públicos;
    - c. Fotocópia do cartão de contribuinte ou do cartão de pessoa coletiva, conforme os casos;
    - d. Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar;
    - e. Catálogos e demais documentações, em língua portuguesa, relativo aos equipamentos a fornecer.
  4. A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

#### **Cláusula 15ª**

##### **Resolução do contrato**

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo por uma das partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 (dez) dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
3. O contrato pode também ser resolvido através da entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do adjudicatário:
  - a. Quando não se verificar a disponibilização e instalação dos equipamentos acordados nas datas fixadas pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao adjudicatário;
  - b. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
  - c. Prestação de falsas declarações;
  - d. Estado de falência ou insolvência;
  - e. Cessação da atividade;



- f. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Responsabilidade do Adjudicatário**

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade adjudicante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das disposições seguintes.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Gestor do contrato**

No clausulado do contrato será indicado o gestor do contrato em nome da entidade adjudicante nos termos do artigo 290º-A, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111º-B/2017, de 31 de agosto.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1. Em caso de incumprimento total ou parcial das obrigações a que o cocontratante se obriga e que sejam geradoras de resolução do contrato, deverá o mesmo ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré contratual pela ordem sequencial, de acordo com a classificação final obtida para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
2. A execução do contrato ocorrerá nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré contratual original.
3. A cessão da posição contratual opera nos termos definidos no artigo 318-A do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Outros encargos**

Todas as despesas inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Prevalência**

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:





- a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites, pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 21ª**

##### **Foro competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa com renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 22ª**

##### **Lei Aplicável**

O contrato rege-se pela lei portuguesa.

## **Parte II**

### **Cláusulas técnicas**

#### **Cláusula 23ª**

##### **Enquadramento**

1. O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) é um organismo público, sob a superintendência do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, ao qual compete a execução das políticas de Emprego e Formação Profissional, definidas e aprovadas pelo Governo.
2. Os Serviços Centrais estão sediados em Lisboa, e as 5 Delegações Regionais enquadram 53 Centros de Emprego e Formação Profissional e 1 Centro de Reabilitação Profissional.
3. A solução de Acesso à Internet em produção é suportada por acessos em fibra ótica, permitindo a integração das salas de Formação Profissional dos Centros em questão, garantindo desse modo o desenvolvimento das Ações de Formação que necessitem de recursos disponibilizados na Internet.

4. Em cada local existe uma LAN composta por um ou mais switches e ou access points wireless que permitem a ligação de vários PC em Ethernet ao Router sendo por este efetuado toda a gestão de endereçamento tcp-ip e comunicação com o exterior.

#### **Cláusula 24ª**

##### **Objetivos Gerais da Solução a adquirir**

Com vista a permitir e disponibilizar o acesso à Internet aos utentes do IEFP em todos os seus Centros de Formação Profissional e outras Unidades Orgânicas apresentadas no Anexo-1, pretende-se renovar a atual ligação à Internet existente em cada um dos locais descritos, garantindo alto nível de performance fiabilidade e escalabilidade.

#### **Cláusula 25ª**

##### **Objetivos específicos**

A solução a propor deverá garantir a instalação e migração da atual ligação à Internet na totalidade dos locais apresentados não sendo considerada a possibilidade de adjudicações parciais.

Em situação alguma será considerada a utilização ou partilha de infraestrutura de acesso em produção para outros projetos em cada um desses locais.

A solução a implementar deverá ser suportada em infraestrutura exclusiva e dedicada para o efeito.

#### **Cláusula 26ª**

##### **Requisitos da solução**

1. A solução a propor deverá contemplar um serviço de acesso à Internet com carácter permanente sem limite de utilização, de custo fixo e acesso direto sendo apenas considerados acesso em fibra ótica com terminação no Bastidor de comunicações Central de cada Centro ou Polo de Formação Profissional descrito no Anexo I, num total de 141 acessos à internet sendo que desses, 20 acessos irão ficar em standby, ficando a sua instalação dependente de posteriores necessidades.
2. Todos os equipamentos necessários à sua instalação, ativação e ligação local aos equipamentos existentes de distribuição de rede local em produção do IEFP, IP, serão fornecidos pelo contratante como parte integrante da solução, sendo instalados no Bastidor de comunicações existente em cada local.
3. Anexo de distribuição dos acessos por local com caracterização do Site tipo de acordo com os débitos pretendidos.
  - a. Site Tipo-A Debito mínimo garantido 500Mbps de Download e 100Mbps de Upload
  - b. Site Tipo-B Debito mínimo garantido 250Mbps de Download e 50Mbps de Upload
4. A solução técnica a adotar em cada local deverá ter em conta os seguintes aspetos:
  - a. Representar o menor impacto possível na solução atual e minimizar riscos de indisponibilidade durante a migração;
  - b. Permitir a plena integração com os equipamentos de distribuição em produção;
  - c. Garantir elevados níveis de performance e fiabilidade no acesso à Internet;



- d. Garantir escalabilidade e upgrade de débitos em caso de necessidade futura, devendo ser assegurada a possibilidade de upgrade até 1Giga sem alteração da infraestrutura de acesso;
- e. Permitir alteração futura quer a nível de configurações logicas como de débitos;
- f. Garantir a migração dos acessos em produção para a solução a propor;

#### **Cláusula 27ª**

##### **Características Gerais do Serviço**

1. A solução proposta deverá obedecer às seguintes características gerais:
  - a. Facilidade de utilização.
  - b. Velocidade.
  - c. Fiabilidade
  - d. Suporte técnico.
  - e. Garantia.
2. Durante a vigência do contrato a solução a implementar deverá ter a flexibilidade para:
  - Migrar/ alteração de morada, local de instalação de acordo com alterações estruturais do IEFP, IP, podendo ser alvo de alterações a este nível, 15% dos Acessos Identificados no Anexo I, sem aplicação de qualquer custo adicional.
  - Adicionar e ou remover Acessos em locais definidos na Anexo-1 de acordo e ou na sequência de necessidades funcionais dos Serviços de Formação em cada local, neste âmbito poderão ser alvo de alterações até 20% da totalidade dos acessos identificados no Anexo I, (número de acessos em produção por local definido no anexo I).
  - Alterações a nível de configuração logica quer do acesso quer do equipamento CPE.

#### **Cláusula 28ª**

##### **Características específicas do Serviço**

1. A solução apresentada deverá assegurar por local:
  - a) Acesso à Internet com débitos de acordo com o local Tipo
    - Site Tipo-A Debito mínimo garantido 500Mbps de Download e 100Mbps de Upload
    - Site Tipo-B Debito mínimo garantido 250Mbps de Download e 50Mbps de Upload
  - b) Sem qualquer restrição de débito e velocidade garantida;
  - c) Tráfego ilimitado;
  - d) O equipamento de rede local a instalar deverá garantir e salvaguardar os débitos pretendidos. Este equipamento “router” será de total responsabilidade da empresa, fazendo parte integrante da solução de Acesso a propor e deve disponibilizar no mínimo 4 interfaces LAN Rj45 a 100/1000gb, para interligação com a LAN de cada local.
  - e) Entrega de relatórios mensais por local relativos:
    - Utilização;
    - Disponibilidade do serviço.
  - f) Custo mensal fixo, que incluirá todas as componentes envolvidas
  - g) Suporte em fibra ótica até ao bastidor de comunicações.



2. Todos os equipamentos necessários ao bom funcionamento do serviço de acesso à Internet a fornecer serão instalados, configurados e mantidos pelo adjudicatário.
3. Todos os equipamentos a fornecer devem estar certificados pelas entidades competentes.
4. Não será considerada a aquisição de equipamento (router/modem ou outros) devendo este ser fornecido em regime de aluguer como parte integrante da solução de acesso à Internet a disponibilizar em cada local.
5. Durante a fase de implementação o adjudicatário deverá remeter ao IEFP, a seguinte informação:
  - a. Plano detalhado de instalação por Local e calendarização;
  - b. Memória descritiva dos trabalhos a realizar e equipamentos a instalar e meios a envolver;
  - c. Informação de progresso;
  - d. Informação final e conclusões da fase de implementação;
  - e. Atas de reuniões
6. Será da competência do adjudicatário garantir todas as fases de instalação da solução que propõe implementar, assegurando todas as operações e envolvendo os meios necessários à sua execução.
7. Será igualmente da responsabilidade do adjudicatário assegurar em cada local a transferência das ligações Ethernet do router a desativar para o equipamento a instalar garantindo a conectividade dos equipamentos (segmentos de rede) em produção e refletindo eventuais configurações no router a instalar.
8. O prazo máximo admitido de indisponibilidade de acesso à Internet por local durante o processo de migração será de 3 horas.
9. A operação e manutenção da solução de acesso à Internet ficará a cargo do adjudicatário imediatamente após a migração em cada Local, garantindo desde essa data a operacionalidade quer dos acessos físicos e lógicos quer dos equipamentos instalados nos Locais (Router/ Modems, ou outros instalados para o efeito) durante o prazo de duração do contrato.
10. A correção e reparação de avarias que impliquem a substituição de equipamentos, deslocação de pessoal técnico, mão-de-obra, etc., localizadas quer nas instalações do IEFP quer do próprio Operador, decorrerão sempre a cargo do adjudicatário.
11. Será da competência do adjudicatário garantir a operacionalidade da solução em todos o Locais envolvidos e intervir em situações de indisponibilidade repondo o serviço no prazo máximo de:
  - 4 horas após participação de avaria para sites Tipo-A.
  - 8 horas após participação de avaria para sites Tipo-B.

#### **Cláusula 29ª**

##### **Penalidades**

1. Pelo incumprimento, imputável ao adjudicatário, das obrigações emergentes do contrato, o IEFP pode aplicar penas pecuniárias nos termos previstos no presente artigo.
2. No caso de atraso no cumprimento da obrigação de instalação e migração dos acessos por motivos imputáveis ao adjudicatário ou a terceiros que utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula  $P = \text{Valor total do contrato por 3 anos} \times A / 100$ , em que P corresponde ao montante de penalização e A o número de dias em atraso.



3. Em caso de indisponibilidade verificada durante o processo de migração será aplicada uma penalização contratual de 3% do valor do contrato por cada hora que ultrapasse as 3 horas estabelecida das como período máximo permitido.
4. Serão aplicadas penalidades por indisponibilidade de acesso à Internet por Local, em caso de indisponibilidade temporária do acesso à Internet (inclui a totalidade do equipamento instalado pelo cocontratante no IEFPI), que ultrapasse um prazo máximo de reposição do serviço de 4 horas para Locais tipo-A e 8 horas para locais tipo-B (dia útil seguinte) após participação da anomalia, será aplicada uma penalização contratual de 5% do valor do acesso em questão por cada hora que ultrapasse as 4 ou 8 horas respetivamente, horas e ou por ocorrência reincidente no prazo de 1 mês (independente do nº de horas registado por ocorrência).
5. Serão aplicadas penalidades associadas à gestão dos acessos, prazo para alterações lógicas e configurações de equipamento CPE, será aplicada uma penalização de 5% do valor mensal do acesso em questão por cada hora posterior às 2 (duas) horas definidas após formalização do pedido de alterações.